



ENTREVISTA COM RILDO COSSON

POR MARIA ALICE GOMES DE OLIVEIRA

O Prof. Rildo Cosson é prata da casa: coordena os cursos de pós-graduação do Cefor – Câmara dos Deputados. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, o Prof. Rildo dedica-se à questão do letramento literário e político. No campo do letramento político, seu livro “Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia (2008)” é uma referência para aqueles que se preocupam com o papel educativo exercido pelo Legislativo. Nesta entrevista, conversamos justamente sobre as possibilidades e os desafios de o Legislativo também ser “um professor” de democracia.

Revista Estágio-Visita – Professor, inicialmente, gostaríamos de conversar sobre a relação entre educação política e regime democrático. O Sr. fala que essa relação é de interdependência, por quê?

Prof. Rildo Cosson – A relação entre educação e regime democrático, na verdade, é uma relação de simbiose: o regime democrático precisa de cidadãos. Esses cidadãos obviamente não nascem prontos. Então, se não educarmos para a democracia, como é que nós vamos querer que as pessoas se comportem democraticamente? Esse aprendizado da democracia precisa ser feito. Ele não pode ser apenas trabalhado no sentido difuso, ou seja, se eu estou vivendo num regime democrático, eu aprendo a viver a democracia. Isso é verdade, eu aprendo sim, mas esse aprendizado tem de ser sistemático, concreto e precisa ser trabalhado pelas escolas e pelos órgãos que entendem que a democracia é fundamental, como é o caso do Legislativo. O regime democrático precisa de sustentação e a sustentação se dá pelo conhecimento que as pessoas têm sobre o que é a democracia, como ela funciona, porque assim você poderá atuar democraticamente.

Revista Estágio-Visita – E qual é a dificuldade deste aprendizado apenas difuso?

Prof. Rildo Cosson – O aprendizado difuso é muito lento e difícil. Até porque nossa sociedade tem um ranço autoritário que faz parte de nossa formação histórica. Isso vem desde o Brasil Colônia, em que o senhor de engenho era quem comandava a vida de todos. Nossa sociedade é, por definição, autoritária. Você pode ver que as pessoas encaram que o Estado é apenas o Executivo. A própria relação do Legislativo com o Executivo é baseada nessa perspectiva, os nossos parlamentares pretendem ser governadores ou prefeitos, eles querem isso porque, na perspectiva deles, esse que é o poder. De modo geral, temos essa perspectiva de que o bom não é uma pessoa que discute para resolver as coisas, é a pessoa que manda e que faz. Essa percepção

é uma visão autoritária do mundo e das relações sociais e interpessoais. É essa visão que precisa ser combatida com educação e educação para democracia.

Revista Estágio-Visita – E qual é o papel do Legislativo na educação para democracia?

Prof. Rildo Cosson – Existem duas coisas importantes. A primeira delas é que o Legislativo não substitui a escola. O fato de o Legislativo se preocupar com a educação para democracia e com o letramento político não substitui a ação que devemos ter no sistema escolar. Na verdade, o Legislativo tem um papel próprio e possui legitimidade para oferecer a educação para democracia. São papéis separados, há o papel do Legislativo e o papel da escola. Até porque o papel do Legislativo, na minha percepção, é ter uma preocupação com o mundo político, é um trabalho mais específico, de letramento político mesmo. Já o trabalho da escola deveria ser de educação para cidadania, que é mais amplo. A segunda coisa é que o Legislativo possui legitimidade para oferecer a educação para democracia. Enquanto instituição ele precisa ter, como existe no mundo inteiro, programas educativos que tratem do letramento político, pois esta é a razão maior de sua existência: promover e defender a democracia.

Revista Estágio-Visita – Como você vê a relação entre as duas instituições? O que o Legislativo poderia ofertar para as escolas?

Prof. Rildo Cosson – Eu acho que o Legislativo tem conhecimento acumulado e, acima de tudo, possui a experiência viva do funcionamento da democracia. Ele deveria levar isso para as escolas, levar o conhecimento somado à prática da democracia. Então, quando eu vejo alguns programas centrados basicamente em levar só informação, eu os acho um pouco equivocados, porque a escola pode ter informações sozinhas, ela não precisa do Legislativo para isso – embora a informação do Legislativo seja mais qualificada. No entanto,

o que ele tem a oferecer é informação aliada à prática, não que essa prática não exista em outros lugares, mas o Legislativo é o foco, o Legislativo é o centro de qualquer Estado Democrático, é dele que emanam as práticas democráticas. São essas práticas feitas aqui que orientam, de um modo geral, toda a sociedade sobre como funciona e o que é a democracia.

Revista Estágio-Visita – No entanto, percebemos certa resistência do Legislativo em exercer essa função educativa e, de certa forma, também da sociedade em reconhecer que esta é uma função legítima do parlamento. Qual é a sua opinião sobre isso?

Prof. Rildo Cosson – Primeiro, isso ocorre porque o nosso Legislativo em geral não pensa sobre si. Parlamentares, servidores e a própria sociedade veem o Legislativo como um espaço no qual as pessoas se reúnem apenas para votar. Não é à toa que, quando as pessoas pensam em Legislativo, elas pensam apenas na função legiferante, no número de leis aprovadas. Essa é uma visão equivocada e limitada da função do Parlamento. Com isso, grassa na sociedade e no próprio Legislativo uma visão apequenada do que é o Legislativo, uma visão que diminui o seu papel na sociedade. Assim, ao invés de centro e estrutura basilar de uma sociedade democrática, o Legislativo é visto quase como um apêndice. Então, por se pensar dessa maneira

é que parece não ter sentido ele fazer algo a mais do que as leis. Quando, na verdade, o Parlamento existe, antes demais nada, para garantir a existência do Estado Democrático, para ser espaço de discussão, para ser espaço de representação das diferentes maneiras de se viver neste país, para garantir o bom funcionamento do governo, para canalizar adequadamente as políticas públicas, entre outras funções.

Revista Estágio-Visita – Esta visão apenas legiferante é muito presente na grande mídia...

Prof. Rildo Cosson – Sim. E não se faz nada quando se cobra no jornal que os deputados demoram muito tempo discutindo, por que não votam logo e ficam discutindo tanto, por que um projeto demora um, dois, três anos... não se faz nada quando no jornal cobram, por exemplo, que os deputados não falem, que trabalhem de segunda a sexta-feira, como se fossem servidores administrativos comuns. Isso não faz sentido, porque a função que o traz aqui é representar a sociedade, e como é que ele pode representar a sociedade se ele está em Brasília todo o tempo? É natural que vá ao Estado, que ele tenha essa relação de visitar os lugares, de conversar com as pessoas. Agora, como é que a imprensa vê isso? Vê como falha, vê como gazeta. E como é que o próprio Legislativo vê isso? Quer dizer, não só a sociedade vê de forma equivocada, como o próprio Legislativo incorpora essa visão equivocada. Por quê? Porque não se pensa, porque não se discute.

Revista Estágio-Visita – E, neste sentido, voltamos à questão da dificuldade de reconhecer a função educativa do Legislativo.

Prof. Rildo Cosson – Sim. Isso é só um exemplo de por que temos dificuldade de entender que promover a democracia é papel do Legislativo. Por outro lado, se pensarmos no Poder Legislativo como tal, como uma instituição que é central para o funcionamento de qualquer sociedade democrática,

aí nós vamos saber que é a instituição mais importante, que, sem Legislativo, não há democracia. Qualquer país tem governo e um sistema de justiça – ainda que precário ou autoritário. Agora, um país onde há pessoas representando, discutindo para resolver as coisas... só na democracia. Na ditadura, você não tem democracia, mas tem Executivo e Judiciário. O Legislativo é que define e dá o tom da democracia. Se é o centro, cabe a ele e lhe é legítimo promover ações de letramento político, porque se não for ele, qual instituição o fará? Então, até para garantir sua própria existência, sua soberania enquanto poder, ele deve defender a democracia, deve se preocupar com o espraiamento da democracia junto à sociedade. Eu diria até que esse espraiamento, essa difusão dos princípios democráticos é sua maior função. O Legislativo deve utilizar todos os meios para promover a democracia e a educação é um deles.

Revista Estágio-Visita – E como superar este desafio que é a resistência ao exercício desta função pelo Legislativo?

Prof. Rildo Cosson – Como disse, a resistência está em vários lugares: na imprensa, na sociedade e no próprio Legislativo. Como superar esse desafio? Bem, primeiro, é claro, fazendo as atividades de educação para democracia. Não há outra maneira, porque eu tenho que gerar essa consciência e eu não gero essa consciência se não agir, se não atuar. É a educação que transforma as pessoas, apenas informação não transforma ninguém. Se você quer transformar as pessoas, uma comunidade, uma sociedade, tem de educar essas pessoas, essa comunidade, essa sociedade. É preciso, no entanto, atuar de maneira sistemática, não basta achar que eleições livres a cada dois anos são o suficiente, porque os rituais da democracia podem ser copiados e esvaziados em um regime autoritário, agora o espírito da democracia, este você só aprende quando o incorpora ao seu fazer, ao seu cotidiano. Não adianta votar a cada dois anos, se eu continuo furando a fila quando eu vou ao cinema ou acho que tenho de ter privilégio sobre os outros. Ou seja, é preciso que eu incorpore os princípios básicos da democracia: que as decisões precisam ser discutidas e

consensuais, que tenho que respeitar o outro, pois faço parte de uma comunidade – por exemplo. Se não tenho essa percepção, não adianta, a democracia passa a ser um mito. A educação é necessária para que os princípios democráticos sejam incorporados à vida das pessoas.

Revista Estágio-Visita – Prof. Rildo, gostaríamos de finalizar pedindo que você aborde o conceito de letramento político.

Prof. Rildo Cosson – Basicamente, o que nós consideramos como letramento político é o processo de apropriação de conhecimento, práticas e valores democráticos, ou seja, você só é letrado politicamente quando você se compreende como uma pessoa política, que a política faz parte de sua vida, quer queira ou não. Assim, quando me apropriado, algo que me é estranho passa a ser meu, o alheio passa a ser próprio. É um processo, estou sempre me letrando politicamente, não só porque eu estou sempre aprendendo coisas novas – o que é verdade, mas porque é um processo que não termina, é uma incorporação, é algo que eu vou tendo que aprimorar continuamente. Letrar-se politicamente é incorporar a política – que nos países democráticos é a expressão da democracia – em nossa vida, ou seja, o letramento político é o processo de se apropriar da democracia para torná-la nossa e da comunidade na qual vivemos. 🔑